

negócios

negocios.pt

Segunda-feira, 2 de outubro de 2023 | Diário | Ano XVIII | N.º 5089 | € 2.80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

ANTÓNIO MOITA
Hoje ninguém respeita
a classe política. Porquê?
OPINIÃO 29



L. MARQUES MENDES
Luís Montenegro e o Chega.
Mais vale tarde que nunca
OPINIÃO 31



Publicidade



Taxa variável pesa o triplo em Portugal do que no euro

Só 45% dos europeus espera uma melhoria da situação
financeira dentro de 12 meses, revela um inquérito da Intrum.

MERCADOS 22 e 23

BA&N
Communications Consultancy

Communications
consultancy designed
to deliver results.

www.ban.pt

n
ANTENA 1

CONVERSA CAPITAL **JOÃO VIEIRA LOPES**

“Estamos abertos” a rever em alta metas de aumentos salariais

Patrões contam com redução das tributações
autónomas e mexidas no IVA da construção.

PRIMEIRA LINHA 4 a 8

Vitor Mora

**investidor
privado**

Wall Street
atrai mais
do que bolsas
europeias
até 2024



IAPMEI admite “constrangimentos pontuais” nos apoios às empresas

Entidade que distribui fundos reconhece atrasos ainda referentes
ao Portugal 2020. “É inaceitável”, diz a associação dos metalúrgicos.

EMPRESAS 16 e 17

Medidas antitabaco

Governo quer,
mas não há
medicamentos
para apoiar

HOME PAGE 2

Imobiliário

Luso-brasileira
Major cria fundo
e quer vendas
de mil milhões

EMPRESAS 17

Publicidade

idealista

A app
imobiliária
líder em
Portugal

CONVERSA CAPITAL

JOÃO VIEIRA LOPES PRESIDENTE DA CCP

“É desejável rever o acordo de concertação”

O Governo mostrou abertura para reduzir as tributações autónomas e abriu a porta a mexidas no IVA da construção, diz João Vieira Lopes, numa entrevista onde se mostra disponível para discutir um aumento das metas salariais do acordo de rendimentos.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
VÍTOR MOTA
Fotografia

João Vieira Lopes conta com uma revisão do acordo de rendimentos e competitividade, que foi negociado “à pressão” na véspera do último Orçamento do Estado. Em entrevista ao Negócios e à Antena 1, o presidente da Confederação do Comércio e Serviços (CCP), que tem assumido o papel de porta-voz do Conselho Nacional das Confederações Patronais (CNCP), revela que o Governo mostrou abertura para reduzir as tributações autónomas do IRC e para mexer no IVA das atividades de construção, já que neste momento a taxa reduzida (6%) só abrange áreas de reabilitação urbana e, mesmo aí, excluindo a construção nova. O alcance das propostas que poderão avançar ainda está por esclarecer.

Vamos ter, em sede de concertação social, uma revisão do acordo que foi assinado no ano passado ou novo acordo?

O que está previsto, neste momento, é a revisão desse acordo. O que não quer dizer que não se possa caminhar para um novo tipo de acordos. A CCP tem defendido as vantagens de estabelecer uma espécie de contrato social em Portugal por duas legislaturas que poderá ser feito na concertação social, mas que deveria, na nossa opinião, ser negociado com os partidos políticos, pelo menos com aqueles que são normalmente responsáveis pelos governos. Abrangendo desde

as áreas fiscais à Segurança Social. As empresas precisam de previsibilidade. Infelizmente, o acordo, por exemplo, que foi feito para o IRC, entre os dois principais partidos políticos, teve uma vida curta. E não tem sentido que cada Orçamento do Estado seja uma espécie de reforma fiscal.

Mas foi por isso que reuniram com o Governo?

Não. Este encontro, nesta fase, foi centrado no Orçamento do Estado de 2024 porque há, de facto, ‘timings’ bastante curtos. Neste momento, o objetivo principal é encontrar propostas para o Orçamento do Estado, algumas das quais poderão envolver alterações ao acordo. Independentemente de uma revisão, digamos, completa do acordo, que pode ser feita dentro daquilo que estava previsto, ou seja, um ano depois.

Por altura da apresentação do Orçamento do Estado. Seria agora.

Não próximos semanas.

Em que matérias é que vai assentar essa revisão do acordo, que considera provável?

Não disse que é provável, até posso dizer mais, que é desejável. O acordo de concertação social que foi feito no ano passado, por volta de 10 de outubro, é bastante

limitado em termos de um conjunto de necessidades das empresas. As circunstâncias em que foi feito não foram favoráveis, porque negociámos o acordo desde junho e só três ou quatro dias antes do Orçamento do Estado é que o Governo apresentou propostas concretas e foi negociado à pressão.

E agora o Governo já apresentou propostas concretas?

Neste momento, não apresentou nenhuma proposta. O que está na mesa é, acima de tudo, um documento conjunto do Conselho Nacional das Confederações Patronais, que tem cinco confederações [incluindo a Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário], quatro das quais pertencem à concertação social [CAP, CCP, CIP, CTP]. A CCP é uma das confederações que considera isso importante, até porque a Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS) é uma originalidade, até em termos europeus, que tem a vantagem de pôr em contacto regular o Governo com as confederações sindicais e patronais. E isso, parecendo que não, independentemente de se poderem tirar melhores ou piores conclusões, é um espaço de comunicação que dá uma certa fluidez à abordagem de todos os intervenientes. Somos fortemente partidários da consolidação deste modelo, mesmo que no futu-

ro se venham a fazer alterações ao Conselho Económico e Social.

O Pacto Social que a CIP apresenta não está contemplado no vosso documento global, é um documento à parte?

Eu não conheço bem o que se passa com esse documento, não sabemos os fundamentos nem a história desse documento. Portanto, não fazemos apreciações sobre ele. Todos os documentos, sejam conjuntos, sejam contribuições individuais, devem ser colocados [em discussão] na CPCS.

A CCP tem mais algum documento, além do documento conjunto?

Não. A CCP quer iniciar uma discussão de um documento de fundo [mas] no curto prazo, temos que nos preocupar claramente com as propostas para o Orçamento do Estado. O documento do CNCP reflete alguns aspetos, particularmente a fiscalidade, que ou avançam agora ou passam por aqui a um ano. Há um aspeto que é positivo. Este conjunto de propostas nem sempre foi ouvido pelo Governo. Houve até um ano em que o Ministério das Finanças não recebeu as confederações para discutir este documento. Este ano, criou-se aqui um espaço em que o Governo deu abertura, sem compromissos concretos, [mas] deu abertura para a abordagem de alguns de temas que eram quase tabus. Na reunião de segunda-feira, no Ministério das Finanças, com o ministro das Finanças e a ministra do Trabalho, notámos abertura para discutir alguns destes temas em maior profundidade. Questões, por exemplo, que têm a ver com aspetos do IRC,

como as tributações autónomas, com o IVA da área da construção, já que a habitação é um problema fundamental. Há um problema de oferta [de habitação] e mais: de oferta direcionada para a classe média e para a classe média baixa, a que tem mais dificuldades.

Está em discussão uma redução do IVA na construção?

Na construção, e houve diversas áreas em que o Governo mostrou abertura. [Na passada quarta-feira] houve já uma reunião técnica com uma certa profundidade, com os fiscalistas das quatro confederações e esperamos agora que o Governo nos concretize alguma coisa nessa área. Noutras áreas, o Governo não mostrou abertura. Por exemplo, na baixa da taxa nominal do IRC, que achamos que seria importante, seria um incentivo ao investimento. ■



“É importante aumentar o rendimento. Estamos bastante preocupados com 2024”

O presidente da Confederação do Comércio e Serviços (CCP) aponta a retração do consumo até no comércio alimentar e mostra-se “bastante” preocupado com a evolução da economia no próximo ano. “É importante tomarmos medidas que aumentem o rendimento disponível das famílias”, defende, a propósito do IRS.

Já percebeu como se fará o alívio fiscal?

Em relação ao IRS sentimos abertura do Governo, mas sem concretização. Resolvemos não apresentar propostas quantitativas, mas há uma questão que é

perfeitamente clara. O IRS tem receitas da ordem dos 15 mil milhões de euros. Nem se deu pela que foi feita, de redução de 150 milhões de euros [o desdobramento de escalões]. E, portanto, aqui tem de ser, de facto, com alguma amplitude, para poder ter significado. Independentemente das medidas que o Governo tomou em termos de habitação, o rendimento disponível de muitas famílias está a ser afetado pela subida das taxas de juro. Da parte da CCP, há uma preocupação muito grande com o mercado interno. Sem pôr em dúvida objetivos estratégicos do país na área

da exportação, sempre valorizámos muito o mercado interno. É de um tecido empresarial que todos gostaríamos que fosse mais desenvolvido, mas que é o que existe neste momento. É importante tomarmos medidas que aumentem o rendimento disponível das famílias. Aliás, estamos altamente preocupados, porque houve algum movimento positivo no primeiro trimestre deste ano, mas em várias áreas de comércio, até no comércio alimentar, que funciona sempre, temos notado, claro, que uma subida de vendas em termos de valor, mas em parte influenciada pela infla-

ção. Até no alimentar nós notamos um decréscimo em volume, ou seja, o decréscimo do número de unidades vendidas.

Uma retração da procura?

Exatamente. E se juntarmos a isto o facto de os principais paí-

ses para onde Portugal exporta, em particular a Alemanha, não estarem neste momento com grande saúde económica... Nós não estamos bastante preocupados, há um grau de incerteza, mas estamos bastante preocupados com 2024. ■

“Estamos bastante preocupados porque até no comércio alimentar, que funciona sempre, houve retração da procura.”

CONVERSA CAPITAL

JOÃO VIEIRA LOPES PRESIDENTE DA CCP

CCP admite rever em alta aumentos salariais do acordo

O acordo assinado no ano passado prevê que o referencial para aumentos salariais, do qual depende a atualização de escalões do IRS, seja de 4,8% em 2024. E que o salário mínimo suba para 810 euros. A CCP admite rever estes valores em alta.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
VÍTOR MOTA
Fotografia

A Confederação do Comércio e Serviços (CCP) mostra-se disponível para rever em alta os referenciais de aumentos salariais de 4,8% e a meta do salário mínimo nos 810 euros a partir de janeiro, se “baixarmos a pressão fiscal sobre as empresas”. João Vieira Lopes explica que a discussão está a ser feita internamente com as associações porque quer medidas de alívio fiscal, porque nota uma quebra no consumo e porque ainda há escassez de mão de obra, o que puxa pelos salários praticados no mercado.

Revedo-se o acordo na parte que tem a ver com o enquadramento fiscal, não faria sentido rever igualmente as metas, por exemplo, para a atualização dos salários, de 4,8% no próximo ano, ou o aumento do salário mínimo, para 810 euros em janeiro?

Nós estamos, na CCP, a discutir internamente essa situação, mas em princípio estamos abertos a discutir isso.

Portanto, a reforçar...

Estamos abertos a discutir esses pontos. Normalmente, nesta fase do ano fazemos um balanço com os diversos setores, até porque também se coloca a questão do aumento do salário mínimo, não é? Na CCP nós temos uma série de setores de mão de obra intensiva, ou seja, limpezas, seguranças, 'contact centers', entre outros, onde o peso do salário



mínimo é razoavelmente grande, ou mesmo que o não seja diretamente, por causa de escalões [salariais], que são influenciados pelo

salário mínimo. Por outro lado, apesar de termos expectativa que a inflação desça, também podemos rever a questão das taxas de

crescimento acordadas.

Os referenciais para os aumentos salariais. Para ir além dos 4,8% no próximo ano.

Exatamente, os referenciais. Estamos abertos a isso. Estamos a colocar as questões às associações. Temos opiniões divergentes. Temos 125 associações, que envolvem mais ou menos 195 mil empresas, em setores muito diversificados, desde o 'software', aos transportes, ao comércio de proximidade. Mas penso que chegaremos a um consenso. O papel da direção é tentar encontrar uma

posição consensual. Até porque há a sensação de que, da parte do rendimento disponível, a situação não é brilhante.

Mas com condições.

Essa também é outra área que estamos abertos a discutir. Estas medidas que são propostas pelo conjunto das confederações [patronais] têm um 'mix' que permite espaço para esse diálogo estamos à espera de ver o que é que o Governo nos abre. Se não baixarmos a pressão fiscal sobre as empresas também não vejo que tenham um grande espaço para fazer grandes modificações no que

“Temos 125 associações, temos opiniões divergentes. Mas penso que chegaremos a um consenso.”

“Isto ainda não foi discutido entre as confederações.”

“Está a aumentar o peso de imigrantes, e isso é positivo.”

“Mas continua a haver falta de mão de obra e continua a haver emigração de pessoas qualificadas.”

está neste momento no acordo.

A ideia de que se pode ir além do referencial de 4,8% que estava previsto para os salários em 2024, ou dos 810 euros para o salário mínimo, é consensual entre as confederações patronais?

Isso não foi discutido ainda entre as confederações. Estou a exprimir as nossas preocupações dentro da CCP. Como abrangemos muitos setores transversais, trabalho temporário e outros, temos alguma sensibilidade ao que se passa na economia em geral. Mas eu diria que as regras do jogo são estas: qual é a abertura do Governo para este conjunto de medidas, que são moderadas, equilibradas, realistas? Evidentemente que não temos expectativas de que tudo seja aprovado. Analisando o conjunto de medidas em que o Governo mostra abertura para aprovar, poderemos abrir ou não estas discussões.

Quando pensa num reforço o que é que lhe parece racional, tendo até em conta a preocupação que parece com os efeitos da quebra de rendimentos na economia, que referiu há pouco?

Eu acho que as empresas, em geral, responderam bem este ano, porque o aumento médio foi 7,8% ou 8%...

Está a dizer que os aumentos [que decorrem da situação do mercado] serão no próximo ano acima do referencial agora previsto?

Repare, a questão dos aumentos salariais tem várias componentes, uma delas é a lei da oferta e da procura, e, de fac-

to, em Portugal existe neste momento uma carência de mão de obra em muitas áreas. Felizmente, enfim, tem aumentado o peso dos imigrantes com o “i”, portanto até na participação na Segurança Social, neste momento há mais de 600 mil, isso é positivo até para a sustentabilidade da Segurança Social. Mas continua a haver a falta de mão de obra e continua a haver emigração de pessoas qualificadas.

Portanto, no fundo o que está a dizer é que faz sentido um compromisso maior com os aumentos salariais, mas que na prática, dada a situação económica também já chegaríamos a isso mesmo sem acordo, é o que está a dizer?

Bom, o compromisso tem a vantagem de ser um referencial que apesar de tudo é tido em conta na contratação coletiva, e nós somos fortemente defensores da contratação coletiva como elemento estruturante das relações laborais, por um lado, e por outro lado, como mecanismo que permita uma concorrência leal entre empresas. Quer quando se aumenta o salário mínimo, quer nos contratos coletivos, onde existem as chamadas portarias de extensão, que estendem os efeitos a todo o setor... Uma das vantagens destes mecanismos é favorecer a concorrência leal. Num país em que o Estado tem um peso brutal, as empresas que concorrem ao Estado, pelo menos, teoricamente, não podem fazer ‘dumping’ social. Sabemos que há aqui questões que exigem fiscalização, mas pensamos que estes são mecanismos, não só sociais mas também económicos, de concorrência leal. ■

“Desta forma não vamos ter convergência com a Europa”

É preciso encontrar um equilíbrio entre a redução da dívida e o reforço do investimento, diz João Vieira Lopes. “Com o crescimento a voltar aos 2% não vale a pena termos ilusões, não vamos ter convergência com a Europa”, refere o presidente da CCP.

Há alguma perspetiva de reiterar ajudas às empresas a nível dos combustíveis, custos de contexto, IVA Zero, por exemplo?

Essas temáticas estão um bocadinho contidas no momento das confederações. Não tem sentido agora dizer ‘fui eu que meti esta medida ou foste tu que meteste esta medida’ [risos]. Mas, nas discussões que nós tivemos, encontramos uma série de pontos que são comuns. Há outras situações. Historicamente a CCP sempre tem defendido que o IVA só devia ser pago depois de ser cobrado. Nem pusemos isso em discussão neste documento. Não é preciso pôr coisas muito complicadas. Temos de dar passos e este é um documento para dar passos. No seguimento do acordo de concertação social, estamos em negociação com o governo do plano para a competitividade do comércio e serviços, baseado em fundos europeus. Mas o governo tem de tirar uma tendência por fazer medidas conjunturais muito complicadas para a nossa estrutura empresarial e, portanto, nem todas, muitas vezes, independentemente das boas intenções, atingem os seus objetivos, como se tem visto pelas taxas de utilização. O Portugal 2030 quase não arrancou ainda, já estamos com dois anos de

atraso, não é? Não. Portanto, nós estamos concentrados em tentar que, digamos, que tudo isto ande mais depressa e de uma forma mais eficaz.

Como é que vê o próximo ano no vosso setor?

Como referi, estamos a ver uma desaceleração, estamos a sentir, na Europa, também, que nenhum dos países para onde exportamos está muito animado, e isso preocupa-nos, não estamos numa lógica otimista em relação a 2024. É evidente que em Portugal fazem-se coisas extremamente interessantes e há setores que conseguem furar individualmente. O problema é que, com a taxa de crescimento que volta aos 2%, dois e qualquer coisa por cento, não vale a pena termos ilusões, não vamos ter convergência com a Europa desta maneira, não é? Reconhecemos a necessidade de o Governo dar prioridade à redução da dívida. Agora... tem de se encontrar aqui um ponto de equilíbrio. Ou há investimento e capitalização das empresas ou isto não cresce. O investimento público em Portugal tem sido um desastre em comparação com as médias europeias, que se faça alguma injeção com os fundos europeus. O ritmo melhorou, mas mesmo as taxas de investimento público e outras que aparecem no orçamento do Estado não são cumpridas, e isto sem investimento não dá o salto. É preciso investimento, melhorar a produtividade, temos progredido nas qualificações mas, como o ritmo de crescimento é baixo, pagamos salários que não são muito altos e as pessoas emigram. ■

Respostas rápidas

HABITAÇÃO

É, neste momento, provavelmente, um dos maiores problemas do cidadão comum português.

BANCA

É imprescindível, mas não está preparada nem acompanha as necessidades da economia, em particular em duas áreas fulcrais: inovação e tudo o que sejam projetos que incluam componentes não físicas. Isso é um dos defeitos da banca portuguesa.

COMBUSTÍVEIS

É uma situação, de certo modo, que atravessa negativamente quase toda a economia portuguesa. No caso da CCP, em particular o setor dos transportes.

SACOS DE PLÁSTICO

É uma das áreas em que Portugal tem conseguido, de um modo geral, com a educação dos portugueses, ter baixado a utilização significativamente.

TAP

O problema insolúvel.

GUERRA

Foi inesperada e não estávamos preparados nem em termos financeiros, nem em termos militares, nem em termos mentais para esta nova situação na Europa.

SARILHOS

Isso é o que há mais.

SAUDADES

É a característica, a tal palavra que só existe em Portugal, mas que existe mesmo. Eu que estive no estrangeiro, tive a saudade do país.

ESPERANÇA

Essa nunca pode morrer. Esperança e objetivos nunca podem morrer.

PORTUGAL

Gosto disto.

CONVERSA CAPITAL

JOÃO VIEIRA LOPES PRESIDENTE DA CCP

“Para nós nunca se colocou a ideia de uma fusão de confederações”

“A convergência das confederações tem de se construir de baixo para cima e não de cima para baixo”, diz João Vieira Lopes, que recusa comentar propostas como a do 15º mês apresentadas pela CIP.



CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
VÍTOR MOTA
Fotografia

João Vieira Lopes não comenta a proposta da CIP que defende por exemplo que a isenção de pagamentos de impostos e TSU quando as empresas decidirem, voluntariamente, pagar mais um salário, o chamado “15º mês”. O presidente da CCP recusa a proposta de fusão das confederações.

Nas últimas semanas tem sido muito debatida, por exemplo, a proposta da CIP para a isenção de tributação de um 15º mês que seria voluntário para as empresas. Acha que este é um bom contributo para a discussão?

Eu não conheço o documento em si, não sei quais são os funda-

mentos. Se o documento for colocado na concertação social, pronunciar-nos-emos sobre ele. Neste momento, não comentamos.

Não tem uma opinião formada?

As propostas têm de ter uma metodologia e discutir os impactos fiscais e na Segurança Social. A CCP, por norma, não comenta publicamente as posições de outras confederações.

O Pacto Social da CIP causou ruído sobre a posição conjunta?

Qualquer confederação tem legitimidade para apresentar propostas ao Governo, o fórum onde discutimos isso é o Conselho Nacional das Confederações (CNCP). A seu tempo com certeza que estas questões serão colocadas. Neste momento estamos concentrados no orçamento. Isso ajudar-nos a definir as alterações a fazer ao acordo de concertação

social feito no ano passado, porque misturar tudo, em nossa opinião, [é negativo]. Por isso é que a CCP tem uma ideia clara sobre este contrato social e não avançou com ele. O que está em discussão é o documento que as quatro confederações subscreveram no seu conjunto. Se calhar é preciso aprofundar a questão de todo o sistema de majoração dos custos salariais para cumprir os objetivos.

As confederações patronais têm três propostas. Já tem algum sinal sobre o que pode ser alterado na majoração dos aumentos salariais em IRC?
Neste momento não.

Em julho, neste programa, o Presidente da CIP defendeu que não faz sentido que existam quatro confederações patronais e explicou que falou sobre a ideia de construir algo mais orgânico com as

restantes confederações. Qual foi a sua resposta?

A proposta do Conselho Nacional das Confederações Patronais foi apresentada em 2010. A sua aceitação por todas as confederações foi em 2020. A convergência das confederações tem de se construir de baixo para cima e não de cima para baixo. O Conselho consegue anualmente um consenso mínimo para o orçamento do Estado. Na opinião da CCP, deveria ser também conseguido um consenso para abordar-se o tema da justiça económica que é, mais do que os aspetos fiscais e os aspetos laborais, uma das principais objeções que os ‘rankings’ das consultoras internacionais de investimentos apresentam. E se formos alargando o número de temas, vamos consolidando uma base de convergência entre as confederações. E aqui não vale a pena definir prazos. A União Europeia começou na Comunidade Europeia com o Carvão e do Aço e acabou na si-

tuação que temos hoje. Porquê? Porque foi feita de baixo para cima.

Mas a questão da fusão das confederações é uma ideia que defende ou não?

Para a CCP isso nunca se colocou. Até por outra razão. Apesar dos serviços, incluindo o comércio, representarem mais de dois terços do PIB, dois terços do VAB e dois terços do emprego, na distribuição de fundos europeus o comércio tem tido nos fundos europeus cerca de 4%, os serviços 11%. Há uma linha de ação de relacionamento com o Governo, estes setores precisam de afirmação. Porque ainda existe uma visão um bocado histórica, que eu às vezes digo, ironicamente, um bocado marxista, de que só a indústria e a agricultura é que contribuem para o valor acrescentado. Não há qualquer ideia da nossa parte de decidir por via administrativa uma fusão de confederações. ■